

# **Memória social e arquitetura do século XIX: representações de opulência e poder na sede da Fazenda do Pinhal – Rio Claro (SP)\***

*Sandra Pelegrini\*\**

## **Resumo**

O estudo das residências paulistas do século XIX evidencia as relações sociais e de poder que estão inseridas em sua concepção arquitetônica. Nessa direção, torna-se oportuno analisar o casarão da Fazenda do Pinhal, no interior do estado de São Paulo, aliando-se a história à arquitetura, de modo a apreender suas articulações e a detectarem-se valores, hábitos, adaptações ao meio, fatores que, em última instância, relevam concepções do espaço e suas sociabilidades.

**Palavras-chave:** história, cultura, memória social, patrimônio histórico.

A arquitetura se mostra ao historiador como texto, como registro de uma cultura material cuja concretude se deixa explicitar através da análise das particularidades dos seus edifícios, traços estilísticos, concepções de espaço e materiais utilizados. Tal como o texto, adquire suportes na imagem que se constrói no pensamento. A materialidade da arquitetura erigida é reveladora de uma história. Para usar a pertinente expressão de Sandra J. Pesavento, “a arquitetura está para o espaço como a narrativa está para o tempo”<sup>1</sup>. Na apreensão da articulação entre as formas, funções e significados de monumentos, detecta-se o léxico de elementos visuais e lugares da memória onde, através do filtro do historiador, se reconhecem lembranças compartilhadas ou individuais passíveis revelar configurações arquitetônicas e espaços sacralizados de um certo *modus vivendi* (NORA, 1984, p. 6).

O produto arquitetônico, interpretado como vestígio de imagens do passado, pode ser revelador de valores sociais, juízo estético e representações de poder. Quando preservados ou tombados como patrimônio histórico, tornam-se signos de uma memória social que se pretende perpetuar. A preocupação com a preservação e o tombamento de edifícios públicos e privados é ainda recente no Brasil. Porém, estes edifícios operam como registros de sociabilidades, ícones da memória cívica ou da modernidade, marcos de referência de um tempo, de costumes e práticas de distintos segmentos sociais<sup>2</sup>.

A apreensão dos monumentos arquitetônicos como fonte para a pesquisa histórica insere-se na perspectiva da interdisciplinaridade e da ampliação do universo temático da produção historiográfica, permitindo o alargamento do corpus documental e do campo de análise do historiador (BURKE, 1991). Assim, torna-se relevante destacar que a pesquisa histórica na área da arquitetura, vem sendo, cada vez mais, recorrida e considerada necessária. Os edifícios abordados como produtos de uma dada época constituem representações do contexto socioeconômico e cultural no qual emergiram, expressam tendências artísticas, visões de mundo dos seus produtores e os desejos de seus proprietários.



Foto 1: Fachada da Fazenda do Pinhal

Partindo-se da premissa de que o projeto arquitetônico é muito mais complexo do que se pode observar, apenas mediante a classificação das obras ou da proximidade estética de determinados estilos, propõe-se abordar seu conteúdo objetivo, pelo universo conceitual e físico que norteou uma dada produção arquitetônica. No caso específico desse estudo, buscar-se-á contemplar representações que informaram a construção dos casarões no século XIX, no Brasil, especialmente da sede da Fazenda do Pinhal, edificada em 1830, na cidade de São Carlos, estado de São Paulo.

A investigação sobre as origens da residência de segmentos dominantes da sociedade brasileira nos tempos do Império envolverá desde a sua concepção de espaço até as representações de poder e de mando associadas às suntuosas imagens dos casarões. Portanto, a compreensão de tais construções implicará a percepção das funções destinadas a cada ambiente projetado, no reconhecimento das necessidades dos moradores e na análise do projeto<sup>3</sup>, aspecto que implicará a abordagem de conhecimentos de ordem física das obras, o que por sua vez, envolve o acompanhamento das dificuldades de implantação das edificações, o tipo de material usado, o processo de aterro e corte da terra. Nesse sentido, torna-se fundamental observar os fatores que formavam o programa de necessidades dos casarões e os referenciais culturais da época, bem como, a

técnica construtiva, o clima, as condições físicas, topográficas, financeiras e a legislação construtiva regulamentar da Província (ALBERNAZ, 2000).

Por certo, a moradia é um dos lugares privilegiados para se perceber a memória social dos segmentos sociais que a habitaram. Portanto, o presente ensaio não deve se furtar a investigar os efeitos visuais, organizatórios e funcionais das residências do século XIX, para que se possa perceber as inúmeras evidências que o imóvel é capaz de revelar. O morar, como bem o lembra Carlos Lemos, é uma manifestação de caráter cultural:

Se a história da nossa casa tem seu começo nas terras lusitanas, também tem seus vínculos com a oca indígena e até perceptíveis compromissos com a África e com o Oriente, com a Índia, nas tentativas de contornar os incômodos do calor abrasador (LE MOS, 1996, p. 11).

Nesses termos, não se pode negar o fato de que as condições socioeconômicas e o calor intenso constituíram elementos determinantes das plantas, agenciamentos e partidos arquitetônicos desenvolvidos no Brasil. Também não se pode ignorar que a adaptação das casas brasileiras às condições locais não descartou certas convenções estéticas, inspiradas em fachadas de origem lusitana, francesa e espanhola. Se, por um lado, o reconhecimento desse amálgama arquitetônico aponta indícios da criação de um estilo próprio, por outro, parece não ter impedido que surgissem aqui e ali verdadeiras réplicas de casas portuguesas, no Nordeste e no Sudeste do País, na Bahia e em Minas Gerais, respectivamente. Essa opção talvez possa ser explicada pela tentativa dos imigrantes preservarem valores, como noções de beleza e do gosto europeu; e ainda, imagens que lhes pudessem garantir certa identidade.

Sobre esse aspecto, vale lembrar as observações de Araci Amaral, que afirma ser “[...] interessante notar que o imigrante sempre importa aquilo que mais tradicionalmente lhe recorda a sua terra” (AMARAL, 1981, p. 25). Do ponto de vista da autora, isto se daria em decorrência da necessidade humana de manter vínculos com suas

origens, buscando manter vivas as tradições e heranças culturais do país de onde vieram. Embora, os traços estilísticos típicos da arquitetura portuguesa tenham predominado, por razões óbvias, entre as edificações erguidas no período da mineração, imigrantes de outras nações também deixaram suas marcas. Entre elas, destaca-se a influência hispano-americana na produção arquitetônica da casa paulista, evidenciada na alternância de cheios e vazios, com corredores de pilares de madeira ladeados por paredes com abertura destinada a uma janela de cada lado; geometrismo e simetria das plantas quadradas ou retangulares; uso de corredores frontais e posteriores; amplos telhados de quatro águas e discretas aberturas nas janelas configuram versões populares de casas da Andaluzia (AMARAL, 1981, p. 29).

Os projetos residenciais dos segmentos dominantes do século XIX também foram influenciados pelas transformações ocorridas na Colônia após 1808, decorrentes da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. A chegada dos nobres, em um contingente significativo causaria, entre outras coisas, mutações na própria concepção das construções, uma vez que, tenderiam a preservar nos solos brasileiros o modo de viver e o requinte peculiar ao cotidiano português. As cidades não contavam com infra-estrutura básica, serviços de remoção de lixo, sistemas de esgotos ou qualquer noção de higiene pública. As casas, em geral, térreas eram habitadas por seus proprietários, não havendo espaço para acomodar os membros da corte. Esta carência estrutural de imóveis, na cidade do Rio de Janeiro, desencadeou um processo acelerado de construções. Assim, transformações urbanas e construtivas não ficariam restritas às cercanias do Rio de Janeiro, mas propagar-se-iam por outras províncias mais próximas, inclusive em São Paulo (MATTOS, 1987, p. 30).

Regis Debret e Afonso Taunay registraram algumas dessas alterações na vida dos visitantes recém-chegados e dos habitantes da Colônia através de aquarelas e detalhados desenhos, além de alguns comentários por escrito, entre os quais destacamos:

A vinda da corte refugiada parecia despertar o Brasil da modorra secular [...] a chegada em massa de grande

número de europeus, o contato com uma sociedade mais civilizada induziu, sobretudo, e mais rapidamente, maior gosto pelo conforto material o luxo e os encantos exteriores da vida social, muito mais do que pelo amor às artes e às ciências (TAUNAY, 1983, p. 5).

A vinda da família real – como ressaltou Richard Graamn (1997) – deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade, e quiçá, das regiões mais próximas (PRADO Jr., 1986). Entre os vários aspectos destacados pelo historiador, chama especial atenção o esboço de uma vida cultural: o acesso a um número maior de livros, o convívio com intelectuais, cientistas e viajantes europeus propiciou uma relativa circulação de idéias nesse período. Além disso, a chegada da Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro, em 1816, incluindo o arquiteto Grandjean de Montigny, responsável por projetos de edificação urbana, contribuiu para o fomento da arquitetura na Colônia (GRAAMN, 1997).

Não obstante, são visíveis, dentre as mudanças desencadeadas neste período aquelas processadas na construção das casas de fazenda, nas quais a opulência deixou de ter expressão apenas na monumentalidade. O referencial de riqueza assentado nas dimensões territoriais e na instituição servil seria reconhecido, também, pelo uso de peças e mobílias importadas. Desse modo, transformações significativas se processaram na composição dos interiores dessas residências. Percebe-se um acentuado aumento de artigos usados na decoração e a aquisição de móveis europeus, algo que substituiria a simplicidade e o mínimo de artefatos anteriormente dispostos no interior das casas.

Por outro lado, as alterações observadas na organização do espaço interno das moradias brasileiras e na descaracterização da funcionalidade de alguns ambientes da casa também foram decorrentes da adaptação do europeu ao clima, aos costumes e às formas de organização do trabalho na Colônia. A cozinha, por exemplo, foi deslocada do centro das habitações para áreas mais externas da casa. Embora fosse um dos ambientes de maior interesse na casa

européia, onde eram preparados cuja função não os alimentos, mas também servia para irradiar calor aos demais ambientes da casa.

Esse hábito, oriundo do modo de vida nativo, relacionado ao fato das índias cozinham de côcoras sobre três pedras no chão e a utilização da mão-de-obra negra e indígena, contribuiu para segregar a cozinha dos demais cômodos da casa, transformando-a num espaço, por vezes, desprezado pelo homem branco. Todos esses fatores unidos ao calor tropical que inviabilizava o costume europeu de possuir fornos e lareiras no centro da casa concorreriam para o afastamento da cozinha do corpo da casa (LEMOS, 1976).

Entre os segmentos dominantes, essa concepção espacial da cozinha seria cada vez mais comum devido ao uso abundante da mão-de-obra escrava nas atividades domésticas. Considerados como simples “objetos” de trabalho, os negros eram usados para atender às necessidades dos seus senhores, não havendo, por parte dos construtores, detidas preocupações com a organização funcional das áreas de trabalho, no sentido de se pouparem distâncias ou de facilitar a labuta. Os escravos subiam e desciam escadas carregando água, lenha, mantimentos, entre outros.

Na verdade, esse aparente descuido funcional estava diretamente vinculado aos interesses dos proprietários das residências. No Recife, por exemplo, foram edificados sobrados com até seis pavimentos, estando a cozinha localizada no último andar para evitar que a fumaça e aromas indesejáveis dos cozimentos invadissem outros andares e ambientes da moradia (REALE, 1975, p. 104). Na maior parte das regiões das províncias, as construções eram térreas e as cozinhas edificadas longe do corpo principal da construção residencial, “sob algum precário tejupar ou rancho aberto próximo à casa” (LEMOS, 1996, p. 18).

A cozinha abrigava todos os estágios de preparação do alimento: da limpeza (abate e ante-preparo) ao preparo propriamente dito, subdividindo-se em cozinha suja e limpa, respectivamente. No período colonial, ela figurava como “uma verdadeira indústria de alimentos, uma fábrica de comida para atender a um verdadeiro restaurante, freqüentado pela imensa família patriarcal, além de

visitantes, agregados, empregados e, até mesmo o contingente escravo” (VERÍSSIMO, 1999, p. 109). Somente com a extinção do trabalho escravo a cozinha passou paulatinamente a sofrer modificações de espaço para acomodar a importação de produtos manufaturados e atender às necessidades da utilização do trabalho imigrante branco.<sup>4</sup>



Foto 2: Fundos da cozinha

Outro cômodo bastante importante no dia-a-dia da casa grande era a sala de viver, conhecida na região de São Paulo como varanda, transformada posteriormente em copa ou sala de jantar. Tratava-se de um espaço íntimo reservado à família, no qual se permitia um pouco de descontração. Nessas áreas distantes dos olhos dos visitantes, as senhoras supervisionavam o trabalho das escravas, mucamas catavam piolhos nas sinhazinhas, serviam-se refeições informais, permitindo-se até “beber no gargalho ou mesmo arrotar-se à mesa” (VERÍSSIMO, 1999, p. 117).

Antes da difusão do hábito de cultivar o convívio social decorrente da vinda da corte portuguesa à Colônia, o único local ao qual os visitantes tinham acesso era a sala de visitas. Nela os convidados mantinham-se acomodados longe da intimidade do lar. Os viajantes relatam que podiam passar vários dias numa casa sem avistar sequer uma das mulheres da família. Inicialmente ocorreria uma

lenta participação das esposas e das filhas neste espaço, surgindo várias salas de uso social como as de receber, de música, de fumar, de jogos.

Mas, seria ingênuo atribuir a difusão do convívio em sociedade apenas ao deslocamento da família real para a Colônia. Outros fatores alterariam substancialmente o cotidiano dos habitantes. A baixa dos custos do vidro plano, provocada pela fabricação em larga escala, tornada possível após a Revolução Industrial, permitiu a popularização das vidraças nas residências e propiciou maior aproveitamento da luz solar e um conseqüente prolongamento das tarefas diárias. Essas atividades cotidianas, até então, ficavam condicionadas aos ditames da natureza. Como bem o lembra Carlos Lemos:

[...] acordava-se com o sol e dormia-se quando ele se punha. Nada mais se fazia depois das seis horas da tarde, [...] a não ser rezar. Depois das orações, uma refeição ligeira, [...] Depois do chá, a cama (LEMOS, 1996, p. 18).

Uma simples chuva no meio do dia ou um vento forte eram suficientes para que a moradia ficasse às escuras, pois as janelas, até então, apresentavam um tipo de vedação feita de tábuas de madeira (chamados escuros), enquanto toda iluminação se fazia por meio das velas dos candeeiros.

A entrada efusiva de luz natural aliou-se aos modernos lâmpões de mecha circular, outra novidade advinda da Revolução Industrial. Eles garantiam uma chama mais viva e uma iluminação mais adequada aos ambientes. Ambos propiciaram o aumento do período útil do dia, criando momentos de recreação antes impossíveis, como a realização de jogos ou de trabalhos manuais à noite e mesmo a reunião da família após o jantar para tocar piano ou prosear.

Assim o próprio programa de necessidades alterou-se porque já se manifestava uma certa 'civildade' moderna que permitia o acesso de estranhos a essas reuniões já não mais íntimas. A verdade é que a luz abriu as salas de jantar, as 'varandas' as visitas – os jantares "sociais" tornando-se moda a partir daí. (LEMOS, 1996, p. 45).

Como se pode observar, foram anexados padrões europeus em voga no período aos conjuntos arquitetônicos existentes no Brasil até a chegada da Corte. Foram criadas novas fachadas, e ainda, valorizaram-se mais o conforto e a decoração do espaço interno. No século XIX, o bem sucedido início do ciclo da economia cafeeira e a proximidade do Rio de Janeiro, fizeram com que São Paulo também vivenciasse as alterações trazidas pela Família Real para a Colônia. Considerando-se tais fatores, poder-se-ia afirmar que a região paulista congregou as principais características da casa de fazenda ao longo do século XIX, e que um de seus exemplares mais instigantes, sem dúvida, corresponde ao projeto arquitetônico do casarão da Fazenda do Pinhal, localizado na cidade de São Carlos (SP).

## **A opulência da arquitetura do Pinhal**

A Fazenda do Pinhal foi tombada pelo Condephaat – Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Como tal, a propriedade mantém-se intacta, pois os descendentes da família têm se empenhado em preservar o partido arquitetônico, a decoração, os objetos e a capela da casa. Trata-se de uma história que teve início a mais de 200 anos, quando a Coroa portuguesa doou a sesmaria do Pinhal a um capitão de suas armas (CASA DE FAZENDA, 1997, p. 99).

A prática de doação de sesmarias teve origem em Roma e foi introduzida em Portugal por volta de 1375, através da Lei de Santarém. No Brasil colonial, a prática foi adotada por D. João III. Este procedimento tornou-se o modo legal para obtenção de terras no Brasil até 1822. Sua finalidade era promover o povoamento e a colonização. As vastas glebas foram concedidas a burocratas, grandes comerciantes e nobres (MATTOS, 1987, p. 52).

A sesmaria do Pinhal era formada por três das cinco que foram doadas pelo rei de Portugal nos sertões de Araraquara. Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho recebeu a primeira no ano de 1785, adquirindo a segunda no ano seguinte. A terceira foi comprada por

seu filho mais velho Manuel Joaquim de Arruda. Alguns indícios apontam para o fato de que a ocupação provavelmente tenha se dado por Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho (FAZENDA PINHAL, 2002). Mas, embora a sesmaria tenha sido doada em 1785, a casa grande foi construída somente em meados de 1830, quando o café começava a dividir espaço com as plantações de cana-de-açúcar. Nesta sede nasceu o Conde do Pinhal, neto do capitão desbravador da sesmaria (CASA DE FAZENDA, 1997, p. 99).

O local escolhido para construção da casa era um terreno elevado, mais protegido, de onde era fácil a fiscalização do trabalho nas terras, além de ser servido de água, necessária ao abastecimento da casa e das atividades da fazenda. Ali, Carlos José Botelho dava início à construção de uma casa grande como as da época que, além das dependências da família, tinham um espaço em separado, reservado para servir de pousada aos viajantes, que faziam a travessia daqueles sertões. (FAZENDA PINHAL, 2002).

O estudo topográfico do terreno previa a localização estratégica da casa em relação às distâncias dos rios e açudes (aspectos que visavam garantir o abastecimento de água e das plantações), a visibilidade e controle sobre o trabalho desenvolvido na lavoura, o trânsito de pessoas e o comportamento dos escravos na propriedade. O traçado da planta dos casarões visava ainda resguardar as figuras femininas no interior da residência, permitindo que as mulheres da família circulassem pelo interior da casa sem que fossem vistas pelos forasteiros ou estranhos – visitantes muito comuns numa época em que pensões e hospedarias eram raras na província de São Paulo.

A sede da fazenda foi construída em taipa<sup>5</sup>, uma das principais técnicas utilizadas em São Paulo devido às condições geológicas locais, a pouca disponibilidade de pedras e ao difícil transporte de toras, vigas e tábuas<sup>6</sup>. Nessa época, os interiores das casas, devido à difusão dos produtos estrangeiros, contrastavam com a simplicidade das fachadas externas da edificação, composta de paredes brancas caiadas, lisas e sem ornamentos, uma vez que a terra socada não favorecia a confecção de molduras ou cimalthas.



Foto 3: Detalhe da pilastra

Mas, no Pinhal, a tendência à execução de falsas pilastras nos cunhais, cujo resultado estético reportava às ordens clássicas, como se pode observar no detalhe à direita, driblava os limites impostos pela técnica construtiva.

Ao longo das muitas décadas de existência, a casa grande da Fazenda do Pinhal sofreu inúmeras reformas, resultantes das necessidades geradas pelo crescimento da família. No entanto, essas reformas; ao invés de descaracterizar a construção, propiciam ao pesquisador ou ao visitante contemporâneo acompanhar o processo de construção da casa, nas suas mais diversas fases. Nessa direção, deve-se reconhecer que pequenas alterações nas fachadas, na função de alguns cômodos, a introdução de banheiros e janelas nas alcovas parece ter preservado, na medida do possível, a estética original da casa.

Ao se contemplar as fotografias e plantas da propriedade nota-se que estas evidenciam os hábitos do Conde e de sua família. Índícios presentes em todos os cantos e nos utensílios da fazenda (não raro marcados com as iniciais do proprietário), nos jardins de estilo francês, no caminho das águas em degraus (edificados com a finalidade de servir aos tratamentos da saúde), detectam-se elementos e detalhes do dia-a-dia da família e, quiçá, costumes e tradições de todo um segmento social dominante.

A presença da condessa foi de vital importância para valorização estética do Pinhal. De origem européia, ela impingiu à fazen-

da, bastante rústica à época de seu casamento (1863), certa sofisticação. Projetou um jardim, mesmo contra a vontade do marido, e mandou buscar mudas e sementes, em Rio Claro. Junto à casa, formou um delicado jardim de estilo francês, característico pela preponderância de elementos construtivos, como a composição de canteiros e espelhos d'água, disposto em terreno plano e de forma simétrica. Segundo Albernaz (2000, p. 326), a Fazenda do Pinhal foi agraciada com um dos principais tipos de jardins construídos até o início do século XX.

O Sr. Antônio Carlos Arruda Botelho acabou entusiasmando-se tanto com a vivacidade que o projeto paisagístico acrescentou à fazenda que dispôs dois escravos apenas para os serviços do jardim e do pomar, planejado detalhadamente por ele e a esposa. Esse espaço tornou-se um local especial para os encontros da família, que se reunia à sombra de uma imensa figueira ali existente. Para que a terra vermelha não entrasse na casa, a Sra. Botelho teve o cuidado de fazer com que os caminhos, tanto do pomar quanto dos jardins, se mantivessem constantemente cobertos por areia branca (GORDINHO, 1985, p. 57).



Foto 4 – Caminho das águas



Foto 5 – Detalhe do Caminho das águas

Nessas imagens, observa-se que entre as árvores frutíferas do pomar, foi construído um caminho de águas para o tratamento da saúde, tal como, o Dr. Kneipp havia lhes aconselhado durante a realização de uma viagem a Baden-Baden.

Diariamente, o casal subia descalço as escadas do caminho das águas. O pomar contava com um sistema de drenagem e irrigação constituído por uma rede de canais distribuidores das águas, que obedeciam aos desníveis do terreno e operavam através de um sistema de comportas. Visando o aproveitamento da água utilizada para irrigação, construiu-se uma roda d'água para preparação da farinha de biju, contudo, o mesmo não foi preservado, nem poupado pela ação do tempo.

Como é possível observar abaixo, aos arredores do jardim foi construído também um espelho d'água, nomeado pelos proprietários como Lago da Guanabara.



Foto 6: Lago da Guanabara

Deve-se ressaltar que além de embelezar as imediações do casarão, esse lago tinha a função de refrescar a moradia, melhorando a qualidade de vida das pessoas que lá viviam – uma preocupação constante da Sra. Botelho. Como neta de médicos, a esposa do Conde adquiriu conhecimentos sobre algumas doenças e seus respectivos tratamentos, procurando identificar as ervas que pudessem ajudar a curá-las, recorrendo ao seu *Chernovitz* – manual de

medicina utilizado por médicos e farmacêuticos na época do Império (JORNAL A TARDE, 2002).

Conforme relata Margarida Godinho, a Sra. Anna Carolina A. Botelho “conseguiu criar saudáveis seus doze filhos sem perder nenhum, fato bastante raro em seu tempo.” Essa intensa preocupação com a saúde estendia-se até mesmo aos escravos. Segundo a filha do casal, Maria Carlota Klingelhöfer, nunca ocorreu na fazenda uma morte ou um nascimento que não contasse com presença de sua mãe (GORDINHO, 1985, p. 62-63). A atenção da senhora para com os escravos não se restringia à hora do nascimento. Ciente da necessidade de manter as mães ao lado dos filhos menores, a esposa do Conde designava às escravas nessa condição, atividades que possibilitassem manter a proximidade entre elas e os filhos recém-nascidos. Esse era o caso das negras encarregadas da confecção das roupas destinadas ao dia-a-dia das crianças e também dos escravos. O trabalho era realizado com a ajuda e a supervisão dela. A cena descrita por Binzer é esclarecedora nesse ponto:

Num salão iluminado por luz de clarabóia parecendo um grande corredor, ficavam sentados um preto e uma preta, cada qual com sua máquina de costura, matraqueando o dia inteiro. Em volta deles, pelo chão sentam-se mais dez ou doze pretas costurando e tendo cada uma a seu lado um balaio onde se encontra deitada uma criança; [...] Nesse trabalho são empregadas somente pretas com criancinhas que não podem abandonar (BINZER, 1982).

Os cuidados com a saúde passavam também pela higienização do casarão. Para driblar os odores advindos do curral, situado nas imediações da casa, a Sra. Botelho procurava manter a casa sempre perfumada. Para isso, a mantinha repleta de flores e usava um bra-seiro com folhas de alfazema e um pouco de açúcar, com o qual passeava por todos os cômodos. Todas as manhãs, logo após o café, passeava pelos jardins e pelo pomar, a fim de colher as flores usadas para adornar os ambientes. Ela mesma preparava pessoalmente as bandejas de café da manhã, que eram sempre servidas nos quartos, decoradas com finíssimas toalhinhas e flores.<sup>7</sup>

Esta casa não abrigou apenas as diversas gerações família Botelho, suas memórias e particularidades. Ela foi o centro dos negócios da família, como também um cenário da política da época. Pessoas como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Carlos de Stael, estiveram hospedados na casa.

O casarão do Pinhal tornou-se o cenário de muitas articulações políticas e de discussões sobre os empreendimentos da família Botelho. Conjugando os espaços privado e doméstico, o casarão abrigou inúmeras atividades políticas. Além de constituir a sede de discussões e conchavos políticos durante os períodos eleitorais. Nela preparava-se uma enorme quantidade de alimentos que seriam servidos aos eleitores. Os quitutes eram levados em carros de bois até a cidade de São Carlos, onde eram servidos (FAZENDA PINHAL, 2002).

No casarão do Pinhal também foram realizadas ações inovadoras: a alforria de todos os escravos da fazenda em 31 de dezembro de 1887 foi uma delas. Uma atitude que se antecipou à abolição da escravatura, proclamada pela Princesa Isabel, em 1888. Além disso, estudos sobre o Pinhal evidenciam que Sr. Antônio Carlos de Arruda Botelho foi um homem de notável importância e de visão política arrojada. Fundou com seus irmãos, no ano de 1857, a cidade de São Carlos do Pinhal, atual São Carlos, como fora da vontade de seu pai. Seguiu carreira política em Araraquara. Foi juiz e presidente da Câmara entre 1857 e 1860. Em 1864, foi eleito deputado provincial, até o fim desta década. Por ocasião da Guerra do Paraguai, tornou-se tenente-coronel da Guarda-Nacional, encarregado pelo presidente da Província do fornecimento de tropas (1865). O reconhecimento pelos serviços prestados lhe rendeu, em 1857, a nomeação de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, sendo, em 1868, condecorado com a Ordem da Rosa e, em 1879, honrado com o título de Barão do Pinhal (GORDINHO, 1985, p. 61, 86).

Em 1880, somando seu capital ao de parentes e amigos, o Sr. Botelho comprou a concessão dos engenheiros, incorporando-se à Companhia Estrada de Ferro de Rio Claro como sócio majoritário. A partir de então, deu início à construção da estrada de ferro, cujo traçado passava pelas cidades de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal, Dois Córregos e Jaú.

Os muitos elogios e comentários que o empreendimento recebeu chegaram aos ouvidos do Imperador que, em 1883, elevou Antônio Carlos a visconde do Pinhal, dando-lhe também as honras de grandeza (GORDINHO, 1985, p. 70).

Durante o período de abertura das estradas, o Conde foi adquirindo muitas terras na região e formando outras fazendas. Sentindo a necessidade de um levantamento topográfico da Província, por ocasião das obras da estrada, em 1885, apresentou um projeto encarregando uma comissão para este estudo em toda a São Paulo. O resultado dos trabalhos da comissão foi aprovado e os trabalhos geográficos e geológicos executados. A visão empresarial do Sr. Botelho fez com que contratasse o engenheiro Richard Davids, transformando a cidade de São Carlos do Pinhal na primeira cidade da América do Sul a possuir luz elétrica por arco voltaico.

Vislumbrando a possibilidade de novos empreendimentos e percebendo a dificuldade dos fazendeiros da região, decorrente do restrito sistema de créditos, o então Visconde do Pinhal resolveu investir no setor financeiro, fundando, em 1889, com alguns amigos o Banco de São Paulo, do qual foi presidente até 1901. Na época, fundou também o Banco União de São Carlos, que de certa maneira sustentou os custos do café da Região, e ainda, participou da fundação do Banco de Piracicaba, presidindo-o até 1896.

Os relatos e depoimentos dos familiares, além das correspondências do casal, revelam afetuosas relações familiares. Embora o Sr. Botelho se mostrasse um homem envolvido em inúmeras atividades, exercendo as funções de empresário e político, parecia primar pela união familiar, cuja fundamentação estava relacionada ao próprio casarão. Tal característica pode ser constatada, entre outros aspectos, pelo companheirismo do casal, pelo tratamento dispensado à esposa (carinhosamente referida nas cartas como "Naninha"), como também, pelo cuidadoso projeto de edificação da moradia e a atenção com que foram conduzidas e pessoalmente supervisionadas as reformas voltadas para a conservação do patrimônio.<sup>8</sup>

O Visconde do Pinhal faleceu dormindo em seu quarto na fazenda após realização de sua última viagem, em 1901. Deixou muitos bens, histórias e saudades. A Condessa que ainda sobreviveu por mais quarenta e quatro anos, manteve viva a memória do Pinhal. O casario da Fazenda do Pinhal integra a memória social da cidade de São Carlos até os dias atuais, especialmente nas ocasiões em que se realiza a procissão de aniversário da cidade, levando a imagem de seu padroeiro, São Carlos Borromeo, de volta à capela da Fazenda.

A casa com todos os seus pertences contribui para a preservação do patrimônio e da memória não apenas desta família, mas de toda uma época. O casarão encanta pela beleza arquitetônica e impressiona pela capacidade de remeter seus visitantes e estudiosos para outros tempos e vivências. Por instantes, tem-se a impressão de sentir o perfume de alfazema pela casa e de ouvir o ruído das crianças correndo, o farfalhar das saias e as conversas. A emoção desencadeada pelo vislumbrar da fazenda, sem dúvida, carrega de desejos as mentes dos estudiosos, chegando a lhes proporcionar a fantasia de cumprimentar o Conde do Pinhal e sua esposa, solicitando-lhes permissão para investigar um monumento tão caro às suas vidas.

O casarão do Pinhal é parte integrante da história da sociedade dominante brasileira. Através de seus recônditos, salas e alcovas buscou-se identificar representações e costumes dos seres humanos que lá viveram. A casa era a indústria, a fábrica, o abrigo, mas também o lar. Nela, relações de poder se misturavam às de afeto. A apreensão das minúcias da construção e da natureza do partido arquitetônico da residência revelou um pouco do homem de negócios e da mulher que lá viveram. Por intermédio da observação dos ambientes, suas funções e usos, pode-se compreender um pouco mais as relações de poder, as crenças e práticas culturais de uma época, aspecto que, em última instância, visou superar os limites da história oficial.

## Notas

\* Esse artigo é parte integrante de uma pesquisa ampla sobre os processos construtivos dos casarões imperiais paulistas, no século XIX, desenvolvida junto ao Laboratório de Apoio a Pesquisa e Documentação Imagética/UEM e pelo Programa de Estudos e Pesquisas do Espaço Urbano – PEPEU, apoiada pela Fundação Araucária e pelo CNPq com bolsa de Iniciação Científica para Cristiane dos Santos.

\*\* Professora Adjunta I do Departamento de História/Centro de Ciências, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora do PGH UEM/UEL e uma das coordenadoras do Programa de Estudos PEPEU – CEP 87020-900, Maringá – Paraná. E-mail: spelegrini@wnet.com.br

<sup>1</sup>. Sandra Pesavento discute as relações entre a memória, a história e a cidade, no artigo publicado em jul/2002, na Revista “ArtCultura”.

<sup>2</sup>. Convém explicar que, a grosso modo, as políticas de tombamento e patrimônio histórico têm se destinado mais a preservar solares, prédios públicos, igrejas e monumentos, do que se ocupado de casas populares.

<sup>3</sup>. Esse aspecto, por sua vez, envolve o esquadramento de elementos decorativos e do emprego de técnicas específicas de construção, tanto nos ambientes internos, quanto nas fachadas.

<sup>4</sup>. Na sede da fazenda Santa Gertrudes, por exemplo, que seguia padrões urbanos de edificação, a cozinha ficou acoplada ao corpo da casa, situada inicialmente no porão e depois transferida para área interligada à sala, copa e sala de jantar.

<sup>5</sup>. A taipa é uma parede feita de barro (ou de cal) e areia com fasquias de madeira. Esse tipo de parede por ser feita mediante dois processos: 1) atirando-se barro com a mão - Taipa de mão: 2) socando-se cascalho e saibro – taipa de pilão (VERÍSSIMO, 1999, p. 62).

<sup>6</sup>. Foi amplo o uso de pedras nas construções da Colônia e do Império, tanto nas fundações como nas paredes estruturais. Isso não ocorreu na arquitetura paulista, na qual a utilização da pedra foi bastante restrita e mais comum apenas nas fundações e pisos (VASCONCELOS, 1979).

<sup>7</sup>. A Sra. Anna Carolina Arruda Botelho, esposa do Conde do Pinhal, veio a falecer em 1945. No leito de morte, ela deixou um pedido aos herdeiros, o de que fizessem o possível para não vender a fazenda a estranhos, mantendo-na entre os membros da família. Considerando-se a solicitação da viúva do Conde, pode-se sinalizar, pelo menos parcialmente, a representatividade que casarão teve nas vidas dessas pessoas e da própria história da região (BOTELHO, 2000).

<sup>8</sup>. É significativo que a Sra. Botelho tenha guardado essas cartas por toda sua vida. Após a sua morte, elas permaneceram sob os cuidados de um dos seus filhos, e posteriormente, de um dos netos até chegar a serem editadas em 2000 (BOTELHO, 2000).

## Referências

ALBERNAZ, Maria Paula. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Pró-Editores, 2000.

AMARAL, A. Aracy. **A hispanidade de São Paulo**: da casa rural à capela Santo Antônio. São Paulo: Edusp, 1981.

BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1982.

BOTELHO, Antonio Carlos de Arruda. **Naninha, aceitai as minhas saudades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2000.

BURKE, Peter. **A escola dos analles**. São Paulo: UNESP, 1991.

CASA DE FAZENDA – uma seleção de dezessete fazendas no mais puro estilo da arquitetura rural brasileira. São Paulo: Ed. Abril S. A., 1997.

GORDINHO, Maria Cintra. **Casa do Pinhal**. São Paulo: C. H. Knapp, 1985.

GRAAMN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

LEMOS, Carlos A. **Cozinhas, etc**: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perpectiva, 1976.

\_\_\_\_\_. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

NORA, Pierre. **Lês lieux de la mémoire**. Paris: Gallimard, 1984-6, v. 3.

PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil**: Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REALE, Ebe. Evolução da casa urbana brasileira. **Revista Digesto Econômico**, n. 246 – ano XXXII, nov./dez. 1975.

TAUNAY, Afonso. **A missão artística de 1816**. Brasília: Fundação Roberto Marinho/Editora da UnB, 1983.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

## **Abstract**

The study of large houses of century XIX makes evident the social and power relations which are inserted in its architectural conception. In this route, it is possible to analyse the large house of the Pinhal Farm, situated in the inward of the State of São Paulo, entering into an alliance from history to the architecture, in order to apprehend its joints and to detect values, habits, adaptations to the way, factors that, in last instance, raise conceptions of the space and its sociabilities.

**Keywords:** history, culture, social memory, historical patrimony.



## Expressões e experimentos

